

O
CRISTIANISMO
ATRAVÉS DOS
SÉCULOS
UMA HISTÓRIA DA IGREJA
CRISTÃ

EARLE E. CAIRNS

O PAPADO ENFRENTA A OPOSIÇÃO EXTERNA

O trabalho dos místicos, dos reformadores e dos concílios reformadores foi uma tentativa sincera de instaurar, a partir de ângulos diversos, uma reforma que tornasse a religião algo mais pessoal, que colocasse a Bíblia como fonte de autoridade e desse à Igreja Romana uma face mais democrática em sua organização.

A derrota ou a absorção desses movimentos pela Igreja Romana encerrou todas as tentativas de reforma interna. Ao mesmo tempo, forças externas se formavam em oposição ao sistema papal. Estas forças foram o espírito humanista da Renascença, o nacionalismo e a expansão geográfica mundial que era uma consequência da exploração do Extremo Oriente do Hemisfério Ocidental. Todas estas forças fortaleceram o movimento que irromperia como sendo a Reforma Protestante e que colocaria um fim ao domínio do papado.

I. A RENASCENÇA

A Renascença, que teve lugar em importantes países da Europa entre 1350 e 1650, marca a transição da era medieval para o mundo moderno. A palavra, usada pela primeira vez para descrever esse movimento em 1850 e que é formada das palavras latinas para nascimento e volta, expressa a ideia de um renascimento da cultura. Em sentido estrito, a Renascença se vincula com a Itália do século XIV, ocasião em que as mentes dos homens foram estimuladas para a produção literária e artística pela redescoberta dos tesouros do passado clássico. O espírito clássico reaparece, por exemplo, nas obras de Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375). Este humanismo clássico ao sul dos Alpes encontrou uma contrapartida no humanismo religioso de Reuchlin, Colet, Erasmo e outros ao norte dos Alpes no século XVI. Os humanistas do norte voltaram à Bíblia nos originais; os humanistas do sul acentuaram o estudo da literatura clássica e das línguas da Grécia e de Roma.

Num sentido amplo, a Renascença pode ser definida como aquele período de reorientação cultural em que os homens trocaram a compreensão corporativa, religiosa e medieval da vida por uma visão individualista, secular e moderna. A atenção

se focalizou nas ruas de Roma e de Atenas em vez de olhar para as ruas de Nova Jerusalém. A concepção teocêntrica medieval do mundo, em que Deus era a medida de todas as coisas, foi substituída por uma interpretação antropocêntrica da vida, em que o homem se tornava a medida de todas as coisas. Deu-se mais importância à glória do homem do que à glória de Deus. As classes médias urbanas tornaram-se mais importantes do que a velha sociedade agrária rural do período feudal. Neste sentido, vale recordar que a Renascença se restringiu grandemente a uma minoritária classe alta e que suas ideias e propostas de vida foram expulsando aos poucos os segmentos baixos da ordem social. O comércio passou a ter mais importância do que a agricultura como meio de subsistência. Adotou-se uma forma humanística, otimista e experimental de ver as coisas desta vida. Embora ainda se aceitasse a religião, ela não passava de uma mera formalidade em torno dos dias santos da Igreja; a tendência geral era esquecer os mandamentos de Deus para o indivíduo na vida diária.

Vários fatores contribuíram para o surgimento deste caminho devida. As cidades italianas, onde primeiro apareceu o movimento, tornaram-se ricas como intermediárias no rico comércio entre a Europa Ocidental e o Oriente Próximo. A riqueza gerava o prazer pelo estudo e permitia aos comerciantes agir como patrões de filósofos e artistas. A nova classe média com dinheiro para gastar estava interessada em tudo que pudesse tornar a vida mais agradável e confortável. O governo centralizado garantia a segurança e a ordem. O advento da imprensa com o tipo móvel em 1456 na Alemanha possibilitou a disseminação rápida da informação na última parte da Renascença. O nominalismo, com seu interesse sobre o indivíduo e sobre a experimentação como meio de chegar a verdade, estimulava as tendências que floresceriam na Renascença.

A. A Renascença Italiana.

A Renascença surgiu primeiro na Itália no século XIV, porque lá a tradição clássica era mais forte do que em qualquer outro lugar. Os italianos estavam cercados dos remanescentes de sua grandeza passada; pelo que o espírito italiano se simpatizava com um certo destaque sobre os valores culturais desta vida. Ademais, na Itália havia homens ricos que poderiam ajudar financeiramente os artistas para que pudessem estar livres para criar. O grande comerciante, Lorenzo de Medici, dava dinheiro a pensadores e artistas para que criassem coisas belas em torno de si. Os papas do período renascentista interessaram-se pela literatura e pela arte, ao ponto de esses interesses suplantarem suas funções espirituais. A queda de Constantinopla em 1453 levou muitos eruditos gregos, com seus milhares de valiosos manuscritos gregos, à Itália para fugir à destruição pelos muçulmanos.

Certos personagens do começo da Renascença na Itália estavam interessados na cultura clássica ou humanística da Grécia e de Roma. Este interesse pela literatura clássica substituiu o interesse pela teologia. Quando veio para Veneza em 1393 como embaixador para conseguir ajuda para Constantinopla contra a ameaça turca, Manuel Chrysolaras ficou três anos em Florença ensinando a língua grega para florentinos interessados. Petrarca, o primeiro dos humanistas italianos, procurou avidamente por manuscritos gregos e romanos onde pudesse estudar. Estes homens descobriram um novo mundo quando leram estes manuscritos, um mundo em que os homens se interessavam em desfrutar a vida aqui e agora. Os prazeres desta vida atraíram estes eruditos italianos; o interesse pela religião, que pertencia a eternidade, estiolou-se então.

Os eruditos e artistas renascentistas inclinavam-se por uma visão individualista da vida. Ceilini, que deixou um interessante relato de sua vida em sua *Autobiografia*, era intensamente individualista em seu desfrute da vida e-coiocava seus próprios desejos em primeiro lugar. Esta atitude por parte de artistas e estudiosos levou à secularização da sociedade que contrariava tremendamente o sobrenaturalismo da sociedade medieval. Um pouco desta secularização amoral aparece no livro de Maquiavel, o *príncipe*. Maquiavel (1469-1527) aconselhava o soberano de um estado a subordinar os padrões absolutos de comportamento à conveniência. Se uma mentira ou uma falsidade fortalecesse sua posição ou seu Estado, ele não deveria hesitar em usá-la.

É impressionante a versatilidade dos homens da Renascença. Michelangelo decoraria o teto da Capela Sixtina com magníficas pinturas. Mas ele foi também o hábil arquiteto que supervisionou o acabamento da Basílica de São Pedro em Roma e terminou a construção com sua encantadora abóbada. Leonardo da Vinci pintaria essas obras-primas que são a Última Ceia e a Mona Lisa e ainda esboçaria metralhadoras e submarinos bem semelhantes aos produtos modernos.

Os homens da Renascença amavam a beleza na natureza e no homem. Na realidade, eles cultuavam a beleza. Quadros da época indicam um crescente interesse pelo estudo cuidadoso da anatomia humana para que os quadros pudessem ser precisos. Esta paixão pela beleza pode ser contemplada na meticulosa apresentação de ricos labores coloridos nos quadros desenhados por Ticiano, o grande pintor de retratos de Veneza. Esses quadros contrastam com as figuras e os quadros magros e distorcidos do período gótico.

O interesse por esta vida e o gozo dela recebeu a primazia sobre a preocupação para com a vida futura. Os dogmas da Igreja eram aceitos e os ritos de cultos eram praticados, mas havia um divórcio entre a vida religiosa do homem e sua vida diária. Este espírito mundano atingiu até mesmo os papas da era renascentista. Houve poucos heréticos e ateus nos países latinos, mas a espiritualidade passou para um plano secundário da religião formal.

Uma breve síntese das atividades dos principais papas da Renascença entre 1447 e 1521 indica como o papado capitulou diante do espírito secular e humanista do século. Nicolau V (1447-1455) foi um humanista que galgou várias posições na Igreja até se tornar papa. Seu interesse pelo mundo clássico levou-o a consertar edifícios, pontes, aquedutos e as grandes igrejas de Roma. Sua paixão pelo passado clássico se evidenciou ao doar sua própria biblioteca para formar o núcleo da Biblioteca do Vaticano, um tesouro para os futuros estudiosos. Seu secretário era Lorenzo Valia que, em 1440, depois de deixar o cargo, escreveu um tratado onde provaria que a Doação de Constantino era forjada, a partir do uso da crítica literária e história. O fato de que Lorenzo não enfrentou qualquer problema em decorrência de sua audácia testemunha a indiferença do papado para com a religião.

Júlio II (1441-1513) gastou muito tempo no esforço político de unificar os Estados Papais da Itália. Foi também um patrono de artistas. Foi ele quem designou a Michelangelo para decorar o teto da Capela Sixtina que Sixto IV (1471-1484) construíra.

Leão X (1475-1521), papa quando Lutero se colocou contra as indulgências, era membro da família *Medici* de Florença. Ele aprovou a venda de indulgências para levantar dinheiro para construir a atual catedral de São Pedro em Roma. Foi também Patrono das artes e das letras. Não surpreende que Lutero tenha se escandalizado com o formalismo e a falta de espiritualidade autêntica desses papas por ocasião de sua memorável visita a Roma em 1510 - 1511.

6. Os Humanistas Bíblicos.

Os filósofos do norte dos Alpes tinham em comum com seus colegas do sul o amor pelas fontes do passado, o mesmo destaque sobre os seres humanos como entidades humanas com direito a desenvolver suas próprias personalidades e o mesmo interesse pela capacidade da mente humana para interpretar os dados que os sentidos revelam. Diferentemente, porém, estavam não só interessados pelo passado clássico como também pelo passado cristão. Eles estudaram os documentos bíblicos nas línguas originais do mesmo modo que estudaram os escritos de Platão e Aristóteles. Acentuavam mais a herança judaico-cristã do que a herança helênica da Europa ocidental. Eram, pois, humanistas cristãos que aplicavam as técnicas e os métodos do humanismo para estudar a Bíblia. Estavam mais interessados no homem como um ser humano com uma alma do que no homem como criatura racional. Seu humanismo era ético e religioso, enquanto o de seus colegas latinos ao sul dos Alpes era estético e secular.

1. Embora se tenha afirmado que os humanistas italianos fossem a grande maioria, houve um pequeno grupo em Florença, liderado por Marcílio Ficino (1433-1499), que estava sob a influência de Savonarola. Marcílio traduziu os escritos de Platão para o latim (1463-77). Estes humanistas queriam integrar a Bíblia à filosofia grega, sobretudo à de Platão. Assim, começaram a estudar a Bíblia a partir da perspectiva dos humanistas. A ajuda financeira dos Medici possibilitou a fundação de uma Academia Platônica em Florença, onde humanistas cristãos poderiam continuar seus estudos. John Colet, da Inglaterra, Jacques Lefèvre, da França, e Reuchlin, da Alemanha, passaram algum tempo na Academia.

2. Embora Lefèvre (1455-1536) se servisse de uma interpretação literal e espiritual da Bíblia ao escrever uma obra filológica sobre os Salmos, ele destacou a importância do estudo do texto da Bíblia. Em 1512, ele publicou as Epístolas de Paulo e um comentário sobre elas em latim. Sua obra ajudou a preparar o caminho para o surgimento dos huguenotes quando a influência da Reforma chegou à França.

3. Gimenez Francisco de Cisneros, mais conhecido como Cardeal Ximenes, o arcebispo de Toledo, Espanha, tornou-se confessor de Isabela e, por alguns anos, o Grande Inquisidor da Inquisição espanhola. Ele fundou a Universidad de Alcalá para treinar clérigos na Bíblia e imprimiu um Novo Testamento Grego por volta de 1514. Além disso, ele supervisionou o término da edição da Bíblia Poliglota Compluten-se.

4. John Colet (c. 1467-1519) integrou um grupo na Inglaterra conhecido como Reformadores de Oxford. Depois de sua estada na Itália, Colet começou a discorrer em suas aulas sobre o significado literal das epístolas paulinas. Isto era algo novo porque os teólogos até então estavam mais interessados na alegoria do que naquilo que o escritor bíblico estava querendo dizer ao seu tempo ou ao futuro. A obra dos Reformadores de Oxford contribuiu muito para o advento da Reforma na Inglaterra.

5. Reuchlin e Erasmo foram, entretanto, os mais influentes dos humanistas, uma vez que a influência da sua obra se fez sentir em toda a Europa. Johannes Reuchlin (1455-1522) foi aluno de Pico na Itália e tinha aprendido a gostar da língua, literatura e teologia hebraica. O fruto desse seu estudo científico do Velho Testamento foi uma gramática e dicionário do Velho Testamento, ao qual intitulou de *Rudimentos do Hebraico*. Esta obra ajudou muitos a se familiarizarem com a língua do Velho Testamento a fim de que pudessem estudá-lo no original. Vale notar que Reuchlin aconselhou acerca da educação de Melancton, o braço direito de Lutero e o primeiro teólogo da Reforma.

6. Desidério Erasmo (c. 1466-1536) foi ainda mais influente do que Reuchlin. Tendo recebido parte de sua educação na escola dos Irmãos da Vida Comum em Deventer, ele estudou depois em muitas universidades da Europa e da Inglaterra. Tornou-se ele um erudito universal, capaz de estar à vontade nos círculos mais letrados. Seu espírito de erudição levou-o mais à reforma do que à revolução; sua oposição aos abusos da Igreja Católica Romana aparece em seus livros: *O Elogio da Loucura* (c. 1510) e *Colóquios Familiares* (1518)¹. Nestes livros, Erasmo procurou, através de sátiras candentes, apontar os males da vida da hierarquia sacerdotal e monástica. O aspecto construtivo de sua obra foi o Novo Testamento Grego publicado em 1516 pelo editor Froben, da Basileia, que estava interessado em obter prestígio e conquistar o mercado com a publicação do primeiro Novo Testamento Grego impresso e publicado. O erudito espanhol Ximenes (1436-1517) tinha impresso um Novo Testamento Grego em 1514, mas não podia vendê-lo sem a aprovação do papa. Para conquistar o mercado antes dele, Froben apressou Erasmo. Este usou quatro manuscritos gregos, disponíveis em Basileia; como descobriu que os últimos versículos finais de Apocalipse faltavam em todos eles, traduziu do latim para aquilo que deveria ser no grego. A influência do livro foi enorme, pois colocou os estudiosos numa posição em que poderiam fazer detidas comparações entre a Igreja que viam no NT e a Igreja de sua época. A comparação resultou claramente em desfavor para a última.

De início, Erasmo simpatizou-se com Lutero, mas depois se opôs a ele, porque não queria romper com a Igreja Católica Romana, o que Lutero acabaria fazendo. O *Manual do Soldado Cristão* (1503) era uma abordagem ética ao cristianismo. Preocupado com a ética, sua teologia diferiu grandemente do que Lutero sustentava. Em "Livre Arbítrio" (1524), destacou mais a reforma dos abusos do que um ataque à doutrina, mostrando ainda a liberdade da vontade humana, o que Lutero considerava um empecilho no que tocava à salvação.

Tanto no norte como no sul da Europa, a Renascença deixou resultados duradouros; O estudo do passado clássico pagão gerou um modo secular de viver, no



Hans Holbein, o jovem, fez xilogravuras como ilustrações para *O Elogio da Loucura* de Erasmo, uma sátira sobre os males da Igreja. Nas três aqui reproduzidas, Holbein representa um gordo monge, a alma de um monge entrando no corpo da Loucura, e umas pessoas adorando uma imagem.

qual a religião se reduzia a um negócio formal ou era ignorada até que sobreviesse a hora da morte. O ideal da pessoa como um ser humano independente, com direito a ir aonde seus interesses o levassem, substituiu o ideal medieval de alguém que se salvava pela participação humilde na sociedade hierárquica corporativa da Igreja Católica Romana.

O impulso dado ao uso do vernáculo pelos estudiosos e pelos poetas da Europa dos séculos XIV e XV ajudou mais tarde a dar ao povo a Bíblia e os cultos da Igreja em sua própria língua. A volta às fontes da cultura do passado e ao seu estudo científico possibilitou um conhecimento mais perfeito da Bíblia..

No campo político o toque amoral apresentado em *O Príncipe* de Maquiavel provocou a negação dos princípios morais da conduta nos negócios externos das cidades-estados da Itália e também o surgimento das nações-estados do norte da Europa. A partir de uma visão equilibrada, pode-se dizer que o impacto da Renascença não foi nem uma tragédia nem uma bênção absoluta, mas uma mistura de bênção e maldição para o povo da Europa.

7. Além do desenvolvimento do interesse humano em si mesmo como um indivíduo com mente e espírito, a Renascença resultou também no desenvolvimento de um conhecimento mais amplo do universo físico do homem. A partir de então, o homem começou a se interessar também pelo seu ambiente, pelo que estudos científicos e geográficos levaram a um novo mundo de ciências e um conhecimento cada vez mais enciclopédico sobre a grandeza do mundo.



O começo da exploração geográfica foi mais uma vez obra dos latinos. O Príncipe Henrique, de Portugal, enviou exploradores até que Vasco da Gama descobrisse o caminho para as índias através do extremo sul da África. Colombo tornou o Hemisfério ocidental conhecido do mundo e sua obra foi logo complementada pelos exploradores franceses e ingleses, todos em busca de um caminho mais rápido para o Extremo Oriente. Copérnico e Galileu conscientizaram os homens da imensidão do universo que os cercava; a invenção do telescópio e seu uso cada vez mais eficiente comprovaram suas antigas teorias.

II. O SURGIMENTO DAS NAÇÕES ESTADOS E DA CLASSE MÉDIA

O mundo clássico fora dominado pelo ideal da cidade-estado como a maior unidade política que o homem poderia organizar. Até mesmo o Império Romano fora uma expansão da cidade-estado de Roma. Todo homem que se tornava cidadão se tornava cidadão de Roma, não importando onde residisse.

Na Idade Média dominou o conceito de unidade política e espiritual, pelo que, na teoria, todos os homens estavam unidos a uma nova Roma, o Santo Império Romano. Na prática, entretanto, o feudalismo, com toda a sua descentralização, garantiu a segurança e a ordem nos períodos de caos. O renascimento das cidades antes da Renascença criou cidades-estados fortes na Itália. O futuro na Europa pertenceria, porém, à nação-estado como forma de organização política. A Inglaterra, a França e a Espanha foram as pioneiras na formação dessas nações-estados. A formação na Inglaterra se deu ao longo de uma monarquia constitucional em que a soberania era dividida pelo monarca e pelo parlamento. Os corpos representativos do povo na França e na Espanha não se tornaram tão poderosos como o Parlamento na Inglaterra; a França e a Espanha se desenvolveram como nações-estados em que o soberano era absoluto. À medida que as cidades cresciam e o comércio se desenvolvia, surgiu a classe média, e ela procurava participar na vida política e religiosa.

A. O Surgimento da Nação-Estado Inglesa.

O Parlamento Inglês surgiu da assembleia feudal, conhecida como *cúria regis*, introduzida na Inglaterra no reino de William o Conquistador depois de sua bem-sucedida invasão da Inglaterra em 1066. Esta assembleia de senhores feudais servia como uma alta corte, uma câmara de assessoria do rei, e como uma câmara de suporte financeiro para quando o rei pedisse dinheiro além das concessões feudais já estabelecidas.

Os poderes da Assembleia foram fortalecidos com a assinatura da Carta Magna por João em 1215. João concordou em não estabelecer novas taxas sem o consentimento da *cúria regis* e em permitir que os barões se levantassem contra ele caso violasse a carta. A justiça seria administrada imparcialmente e os homens teriam o direito de ser julgados por homens de sua própria classe. Embora só beneficiasse a classe feudal, o documento introduziu os princípios pelos quais o monarca se submetia à lei e os impostos só seriam majorados com o consentimento do povo. Em 1295, Eduardo I convocou o Parlamento Modelo ao qual compareceriam representantes dos condados e das cidades como também os senhores feudais e os membros do alto clero. Os dois primeiros grupos de representantes integravam a Casa dos Comuns (House of Commons) e os dois últimos formariam a Casa dos Senhores (House of

Lords). No século XIV, a necessidade financeira do rei gerou o desenvolvimento de poder legislativo por parte do Parlamento, pelo que os membros do Parlamento só davam ao rei os recursos desejados se ele sancionasse os projetos do Parlamento que, então, se transformavam em lei.

O Parlamento representativo, diante do qual os ministros do rei respondiam, foi apenas um dos fundamentos da monarquia constitucional inglesa. No reinado de Henrique II, a lei comum, que protege mais as liberdades do indivíduo do que fazia a lei romana, e o sistema de juro foram estabelecidos. O indivíduo era, então, protegido contra os atos arbitrários do soberano.

A Guerra dos Cem Anos com a França (1337-1453) ajudou a criar o orgulho nacional inglês quando os arqueiros ingleses com suas longas flechas acharam que as setas derrotariam os cavaleiros montados da França. A perda final dos territórios mantidos pelo monarca inglês na França serviu para levar as classes alta e baixa e uma unidade nacional. A Guerra das Rosas na segunda metade do século XV serviu para derrubar a velha nobreza feudal, possibilitando uma aliança entre o rei e a classe média no Estado. Em troca da ordem e da segurança, a classe média se dispunha a sustentar financeiramente e a manter a autoridade dos soberanos. A liberdade do Parlamento do século XV deu lugar ao velado despotismo dos Tudors, que no século XVI dirigiram o Estado segundo os padrões de Maquiáveis. Eles mantiveram o Parlamento, todavia, para garantirem o apoio popular para seus atos,

B. O Surgimento da Nação-Estado Francesa

A nação-estado francesa enfrentou grandes obstáculos em sua formação. Os soberanos ingleses tinham muito território na França e os grandes nobres franceses não eram controlados pelo rei francês que controlava apenas uma pequena área de terra em redor de Paris. A França não tinha qualquer unidade racial ou geográfica, em face dos diversos elementos raciais que compunham a população e a formação geográfica do país, que estimulavam um certo provincianismo.

Apesar desses problemas, a linhagem capetiana de monarcas de Paris, a começar com Hugo Capeto em 987, conseguiu unificar a França. Os Estados Gerais, que eram o Parlamento Francês, nunca chegaram a ser poderosos como o Inglês, pelo que o soberano era mais absolutista em seu controle do estado. Soberanos competentes e o ódio ao inimigo comum (Inglaterra) por ocasião da Guerra dos Cem Anos muito fizeram para unificar a França. Esta guerra deu à França sua heroína nacional, Joana d'Arc (c. 1412-1431).

C. O Surgimento da Nação-Estado Espanhola.

O casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1479, promoveu a unidade espanhola. A formação da nação-estado espanhola teve um aspecto religioso devido à luta pela libertação da Península Ibérica dos invasores muçulmanos. A cruzada, conhecida como a *Reconquista*, chegou a seu apogeu no século XV. A fé católica romana e o nacionalismo tornaram-se parceiros na Espanha e o absolutismo da Igreja Romana encontrou um paralelo no absolutismo político do soberano. Isto se manifestou na Inquisição Espanhola, liderada por Torquemada, sob quem cerca de 10.000 pessoas foram assassinadas, e Ximenes, sob o qual 2.500 pessoas foram mortas.

O surgimento da nação-estado significou uma oposição à Igreja Católica Romana, especialmente na França e na Inglaterra, onde os monarcas e as poderosas

classes médias se mostraram insatisfeitas com o envio de dinheiro do tesouro estatal ou de seus próprios bolsos para o tesouro papal. A classe nobre ressentiu-se do controle de tanta terra pela Igreja de Roma. Os reis não estavam satisfeitos com a soberania dividida que levava seus súditos a prestar obediência tanto ao papa como a eles. As cortes eclesiásticas, os únicos lugares onde os clérigos poderiam ser julgados, se constituíam em afrontas ao sistema real de cortes; as apelações às cortes papais eram algo detestável.

Recorde-se que em 1300 os poderosos soberanos da Inglaterra e da França conseguiram derrotar os esforços de Bonifácio VIII de controlar o clero de seus estados e que a França da Sanção Pragmática de Bourges, de 1438, estabeleceu que a Igreja Romana na França seria controlada pelo soberano francês. Em duas constituições, em 1351 e 1353, a Inglaterra proibiu os papas de preencherem os cargos vacantes na Igreja da Inglaterra sem eleições feitas pelo clero local e sem o consentimento do rei, abolindo também as apelações das cortes da Inglaterra para as do papa. Esta tendência à recusa da interferência eclesiástica nos negócios do Estado foi uma força externa que favoreceu o trabalho dos Reformadores quando eles entraram em cena.

Note-se também que os soberanos da Europa jamais teriam conseguido vencer o papado se não tivessem o apoio da rica classe média formada pelo comércio emergente fomentado pelo renascimento das cidades e pela renovação do comércio a partir de 1200. Os comerciantes da cidade e os ricos proprietários de terras, ambos membros da classe média, sustentaram os monarcas em sua oposição ao controle papal de suas regiões. A soberania descansava mais sobre os governantes das nações-estado que sobre o papa.

III. A IGREJA ORTODOXA GREGA, 1305-1517

Enquanto as forças dinâmicas externas de oposição e reforma agiam na Europa ocidental, forças estas que fragmentariam a unidade da Igreja Católica Romana medieval, a Igreja Oriental permanecia estática em seu horizonte teológico, expandindo-se muito pouco. Como se sabe, a importância de Constantinopla como centro religioso declinou depois de sua queda para os turcos em 1453, a partir do que os patriarcas russos passaram a crescer de importância na liderança da Igreja Ortodoxa Grega.

Duas mudanças ocorreram na Rússia que afetaram profundamente o desenvolvimento futuro do seu cristianismo. Entre 1227, quando os invasores mongóis chegaram à Rússia, e 1380, quando finalmente perderam o controle do estado, a Rússia foi dominada pelos invasores tártaros mongóis. Embora rebaixasse a Rússia culturalmente, esta invasão significou um progresso para a Igreja Russa porque a colocou fora da órbita de Constantinopla, obrigando-a a se basear em sua própria liderança. O nacionalismo e religião russos foram unificados quando os russos tentaram manter sua religião e sua cultura, apesar da presença dos conquistadores. O povo voltou para a religião como consolo e como força no tempo de crise.

Em 1325, o arcebispo metropolitano da Igreja Ortodoxa na Rússia mudou sua sede de Kiev, que estava próximo de Constantinopla, para Moscou. Assim, seria mais independente de Constantinopla e, ao mesmo tempo, estaria mais sujeita ao controle secular dos soberanos do estado russo. Em 1453, o metropolitano russo tornou-se independente do patriarca em Constantinopla, cuja cidade e cujo líder da Igreja

Ortodoxa caíram sob controle dos turcos. Logo depois da queda de Constantinopla, os bispos russos elegeram o metropolitano como o "Metropolitano de Moscou e de toda a Rússia". Livre para se desenvolver de forma independente, embora sua teologia e liturgia não sofressem grandes alterações, a Igreja Ortodoxa na Rússia tornou-se uma igreja nacional em 1589, identificando-se, mais tarde, com o Estado. Moscou tornou-se a "Terceira" Roma, substituindo Roma e Constantinopla.

Entre 1305 e 1517, as forças promotoras da mudança estavam em operação na Igreja do Oriente e na Igreja do Ocidente. No Oriente, as mudanças seriam operadas em termos de liderança e organização eclesiástica, enquanto que no Ocidente, a Reforma instauraria mudanças fundamentais que não só criariam igrejas protestantes nacionais mas que provocariam uma reforma dentro da Igreja Católica Romana como forma de resolver o desafio do protestantismo.

POR QUE ACONTECEU A REFORMA?

Alguns fatores tornaram inevitável a Reforma. Entre muitos, pode-se destacar: A relutância da Igreja Católica Romana medieval em aceitar as mudanças sugeridas por reformadores sinceros como os místicos, Wycliffe e Hus, os líderes dos concílios reformadores e os humanistas; o surgimento das nações-estados, que se opuseram ao poderio universal do papa e a formação da classe média, que se revoltou contra a remessa de reservas para Roma. Sua fixação ao passado, clássico e pagão, indiferente às forças dinâmicas que estavam formando uma nova sociedade, a italiana, da qual o papado fazia parte, adotou uma forma de vida corrupta, sensual e imoral, embora ilustrada.

I. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MUNDO EM EXPANSÃO

Por volta de 1500, os fundamentos da velha sociedade medieval estavam ruindo e uma nova sociedade, com uma dimensão geográfica muito ampla e com transformações nos padrões políticos, econômicos, intelectuais e religiosos, começava a surgir. As mudanças foram realmente revolucionárias, por sua natureza e pela força de seus efeitos sobre a ordem social.

A síntese medieval foi desafiada durante a Reforma, em sua política, pela ideia que a Igreja universal deveria ser substituída por igrejas nacionais ou estatais e igrejas livres. A sua filosofia escolástica, unida à filosofia grega, deu lugar à teologia bíblica protestante. Os sacramentos e as obras deram terreno à justificação pela fé somente. A Bíblia, e não a Bíblia e a tradição como interpretada pela igreja, tornou-se a norma. Tudo isto, contudo, após 1650, foi solapado pela filosofia idealista alemã e pela crítica bíblica. A civilização ocidental tornou-se cada vez mais secularizada. Como a Europa se expandiu globalmente, todo o mundo foi afetado por essa situação.

A. Mudanças Geográficas.

O conhecimento geográfico do homem medieval sofreu mudanças fundamentais entre 1492 e 1600. A civilização do mundo antigo é tida como potâmica, por estar ligada aos sistemas fluviais do mundo antigo. A civilização da Idade Medieval tem

sido chamada de talássica, por ter-se desenvolvido em torno dos mares Mediterrâneo e Báltico. Em 1517 as descobertas de Colombo e de outros exploradores inauguraram uma era de civilização oceânica, em que os mares do mundo tornaram-se as estradas do mundo. Ao tempo em que Lutero traduzia o Novo Testamento para o alemão, em 1522, o navio de Magalhães completava a sua volta ao mundo. As rotas marítimas para as riquezas do Oriente Antigo eram já uma realidade. Países católicos romanos, como Portugal, França e Espanha, tornaram-se líderes nas navegações, enquanto as nações protestantes, como Inglaterra e Holanda, logo os alcançariam em exploração e colonização.

Dois continentes novos e ricos do hemisfério ocidental estavam abertos à exploração pelo Velho Mundo. Espanha e Portugal tinham o monopólio na América Central e na América do Sul, mas a maior parte da América do Norte, depois de um confronto entre a França e a Inglaterra, acabou por ser a nova terra dos anglo-saxões.

Espanha, Portugal, e mais tarde a França, exportaram uma cultura latina com o catolicismo da Contra-reforma levado por conquistadores e clérigos a Quebec, no Canadá e a América Central e do Sul, formando uma cultura homogênea. O povo do noroeste europeu exportou a cultura Anglo-Saxônica, ou teutônica, e o Protestantismo pluralista para formar a cultura dos Estados Unidos e do Canadá. Estas culturas têm persistido até o presente no Hemisfério Ocidental.

B. Mudanças Políticas.

As perspectivas mudaram também no campo político. O conceito medieval de um estado universal estava dando lugar ao novo conceito de nação-estado. Os estados, a partir do declínio da Idade Média, começaram a se organizar em bases nacionais. Estas nações-estados, com poder central e com governos fortes, servidas por uma força militar e civil, eram nacionalistas, opondo-se ao domínio de um governo religioso universal. Alguns daqueles estavam interessados em apoiar a Reforma afim de poderem controlar mais efetivamente as igrejas nacionais. A unidade política do mundo medieval foi substituída pelas nações-estados, todas empenhadas em sua independência e soberania. A descentralização feudal (prática) do mundo medieval foi substituída por uma Europa fundada sobre nações-estados centralizadas. Diante da independência de cada estado, o novo princípio do balanço do poder, orientador das relações internacionais, tomou o seu lugar de importância nas guerras religiosas do século XVI e de princípios do XVII.

C. Mudanças Económicas.

Surpreendentemente, algumas mudanças económicas ocorreram um pouco antes da Reforma. Durante a Idade Média, a economia dos países da Europa baseava-se na agricultura, sendo que fazia do solo a base da riqueza. Por volta de 1500⁰ ressurgimento das cidades, a abertura de novos mercados e a descoberta de fontes de matéria-prima nas recentes terras descobertas inauguraram uma era de comércio, em que a classe média mercantil tomou a frente da nobreza feudal na liderança da sociedade. Só com a erupção da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, é que este modelo comercial de vida económica sofreu alterações relevantes. O comércio tornou internacional aquilo que era interurbano. Surgiu, então, uma economia em que o dinheiro era importante. A classe média capitalista emergente não interessava o envio de suas riquezas à igreja universal sob a liderança do papa em Roma. Pêlos menos no norte da Europa, esta reação influenciou a Reforma.

D. Mudanças Sociais.

A organização social horizontal da sociedade medieval, onde se morria na classe em que se nascia, foi substituída por uma sociedade organizada sob traços verticais. Era possível a alguém da classe baixa emergir à alta. Nos tempos medievais, quem fosse filho de servo teria pouquíssimas chances de mudar de condição, exceto se fosse servir na Igreja. Em 1500, os homens estavam ascendendo, por força dos negócios, a altos níveis sociais. A servidão estava desaparecendo e uma nova classe média, inexistente na sociedade medieval, formada especialmente por proprietários livres, pela pequena nobreza da cidade e pela classe mercantil começou a surgir. Em linhas gerais, foi essa classe média fortalecida que garantiu as mudanças introduzidas pela Reforma no noroeste da Europa.

E. Mudanças Intelectuais.

As transformações intelectuais provocadas pelo Renascimento, ao norte e ao sul dos Alpes, criaram um clima intelectual que favoreceu o desenvolvimento do protestantismo. O interesse pela volta às fontes do passado levou os humanistas cristãos do norte ao estudo da Bíblia nas línguas originais. Deste modo, as diferenças entre a Igreja do Novo Testamento e a Igreja Católica Romana tornaram-se claras, para prejuízo da organização eclesiástica, medieval e papista.

A ênfase renascentista no indivíduo foi um fator preponderante no desenvolvimento do ensino protestante de que a salvação era uma questão pessoal, a ser resolvida pelo indivíduo em íntima relação com seu Deus, sem a interferência de um sacerdote como mediador humano. O espírito crítico do Renascimento foi usado pelos reformadores para justificar sua crítica à hierarquia e aos sacramentos, mediante comparação com as Escrituras. Embora o Renascimento na Itália tivesse contornos humanistas e pagãos, as tendências que gerou foram assumidas no norte da Europa pelos humanistas e reformadores cristãos e por eles usadas para justificar o estudo da Bíblia no original como documento básico da fé cristã.

F. Mudanças Religiosas.

A uniformidade religiosa medieval deu lugar, no início do século XVI, à diversidade religiosa. A túnica inconsútil da Igreja Católica Romana, internacional e universal, estava rasgada de novo, como acontecera em 1054, pelos cismas que resultaram na formação de igrejas protestantes nacionais. Estas igrejas, especialmente a anglicana e a luterana, estavam em geral sob o controle dos governos das nações-estados. Só depois de 1648 é que as denominações e a liberdade religiosa surgiram.

A autoridade da Igreja Romana foi substituída pela autoridade da Bíblia, de leitura livre a qualquer um. O crente, individualmente, seria agora o seu próprio sacerdote e o mentor de sua própria vida religiosa em comunhão com Deus, depois de aceitar Seu Filho como seu Salvador, pela fé somente.

Entre a época da descoberta da América, por Colombo, e a fixação das 95 teses na porta da igreja em Wittenberg, em 1517, por Lutero, transformações surpreendentes aconteceram ou começaram a acontecer. Os padrões estáticos da civilização medieval foram substituídos pelos padrões dinâmicos da sociedade moderna. As mudanças no setor religioso não foram as menos importantes que ocorreram na civilização europeia ocidental. O cristão é impelido à reverência quando nota a mão de Deus nos problemas dos homens daquele tempo.

II. O QUE QUER DIZER "REFORMA"?

O nome e o sentido dados à Reforma são condicionados pela visão do historiador. O historiador católico romano entende-a apenas como uma revolta protestantes contra a Igreja universal. O historiador protestante considera-a como uma reforma que fez a vida religiosa voltar aos padrões do Novo Testamento. O historiador secular interpreta-a como um movimento revolucionário.

Se se considera a Reforma somente a partir de uma perspectiva da *política ou da* administração eclesiástica, ela pode ser tida como uma revolta contra a autoridade da Igreja de Roma e seu chefe, o papa. Ao se admitir que a Reforma teve um caráter revolucionário, não se está dizendo necessariamente que a verdadeira igreja se restringisse a Roma. Os reformadores, e muitos outros que os precederam, procuraram malgradadamente reformar a Igreja Católica Romana medieval a partir de dentro, mas foram forçados a deixar a velha organização, por causa de suas ideias renovadoras. No Catolicismo Romano, porém, a renovação veio mais tarde.

O bem conhecido termo "Reforma Protestante" foi consagrado pelo tempo. Porque a Reforma procurava voltar à pureza original do Cristianismo do Novo Testamento é que se continuou a usar o termo para descrever o movimento religioso de? 1517 a 1545. Os reformadores estavam interessados em desenvolver uma teologia que estivesse em completa concordância com o Novo Testamento; eles criam que isto seria possível a partir do instante em que a Bíblia se tornasse a autoridade final da Igreja.

Muitos protestantes ignoram que o movimento protestante provocou, numa tentativa de lhe conter os passos, um movimento de reforma dentro da Igreja Católica Romana que impossibilitou à Reforma ganhar mais terreno como vinha fazendo. O movimento reformista que se desenvolveu na Igreja Católica Romana, entre 1545 e 1563, é conhecido como Contra-Reforma.

Na maioria dos casos, a Reforma se restringiu à Europa ocidental e aos povos teutônicos de classe média. A igreja oriental e os povos latinos do velho império romano não aceitaram a Reforma. Nestas regiões os ideais medievais de unidade e uniformidade permaneceram^ mas no norte e no ocidente da Europa os povos teutônicos os trocaram pela diversidade do protestantismo.

Não é fácil aclarar o sentido do termo "Reforma". Se for considerada apenas como um movimento religioso .de criação de igrejas nacionais, seu período-de duração vai de 1517 a 1648. Como, porém, a Holanda só aderiu ao protestantismo depois do Concílio de Trento, parece mais correio circunscrever a parte mais importante da Reforma aos anos de 1517 a 1563. Assim, a Reforma é tomada aqui como um movimento de reforma religiosa que resultou na formação de igrejas nacionais entre 1517 e 1545. A Contra-Reforma, por conseguinte, pode aqui ser conceituada então como um movimento de reforma religiosa no interior da Igreja Católica Romana. entre 1545 e 1563, graças ao qual ela se estabilizou e se fortaleceu depois de duras perdas sofridas para o protestantismo e promoveu um grande movimento missionário católico no século XVI que ganhou a América do Sul, América Central, Quebec, Indochina e Filipinas.

III. A RAZÃO DA REFORMA

A. As interpretações da Reforma.

A interpretação que os historiadores dão à história influencia a sua explicação

das causas da Reforma. A ênfase sobre um ou Outro fator histórico depende da escola de interpretação histórica a que estão ligados.

Historiadores protestantes como Schaff, Grimm e Bainton, interpretam a Reforma amplamente como um movimento religioso que procurou redescobrir a pureza do cristianismo primitivo como descrito no Novo Testamento. Esta interpretação lêndea ignorar os fatores económicos, políticos e intelectuais que ajudaram a promover a Reforma. Segundo esta interpretação, a Providência é o fator primordial e precede todos os outros fatores.

Os historiadores católicos romanos interpretam a Reforma como uma heresia inspirada por Martinho Lutero por causa de várias razões, entre as quais a vontade de se casar. O protestantismo é visto como um cisma herético que destruiu a unidade teológica e eclesiástica da Igreja medieval. A partir desta perspectiva romanista, Lutero foi, sem dúvida alguma, um herege que se tornou cismático, mas esses historiadores geralmente se esquecem de que a igreja medieval tinha já se afastado do ideal do Novo Testamento. A Contra-Reforma foi um confissão de que nem tudo ia bem na igreja medieval.

Os historiadores seculares dão mais atenção aos fatores secundários em sua interpretação da Reforma. Voltaire ilustra muito bem a interpretação racionalista; para ele, a Reforma é apenas a consequência de uma briga de monges da Saxônia, e a Reforma religiosa na Inglaterra foi uma consequência de um caso de amor de Henrique VIII. É verdade que a ordem dos monges agostinianos discordou dos dominicanos na questão das indulgências e que o amor de Henrique VIII por Ana Bolena fez do primeiro estágio da Reforma na Inglaterra um assunto político, mas este tipo de interpretação ignora muitos outros fatores importantes, como o caráter essencialmente religioso da Reforma na Inglaterra durante o reinado de Eduardo VI, filho de Henrique VIII.

Historiadores, que aceitam o conceito marxista de determinismo económico, não podem interpretar a Reforma a não ser em termos económicos. A Reforma é vista como o resultado da tentativa do papado romano de explorar economicamente a Alemanha para lucro próprio. Os historiadores políticos vêem a Reforma como resultado da oposição de nações-estados a uma Igreja Internacional; para eles, a Reforma foi um simples episódio político de origem nacionalista.

Embora haja elementos de verdade em todas estas interpretações, será preciso notar que suas ênfases, em geral, recaem sobre causas secundárias e, quase sempre, apenas sobre uma causa secundária particular. A Reforma não se explica de forma tão simples, porque as suas causas são múltiplas e complexas. A Reforma tem causas derivativas e determinativas. Algumas têm suas raízes nos séculos anteriores à Reforma, quando Roma se opôs a qualquer reforma interna e ignorou as novas correntes de oposição externa que lhe trariam tantos problemas. As personalidades criativas de alguns líderes da Reforma, como Lutero, Calviho e outros, determinaram a direção ornada; Os líderes da Reforma Protestante saíram, em geral, da classe média, enquanto que os da Contra-Reforma vieram da aristocracia. Por isto a interpretação da Reforma adotada nesta obra é uma síntese. Dá à religião o lugar de primazia, mas não ignora os fatores políticos, económicos, morais e intelectuais, embora secundários

B. As Causas da Reforma.

1. O fator *político* pode ser considerado como uma das causas *indiretas* importantes para a eclosão da Reforma. As novas nações-estados centralizadas no noroeste da

Europa se opunham à noção de uma igreja universal que reivindicava jurisdição sobre o estado nacional e seu governo. O ideal universal colidia com a consciência nacional emergente das classes desses novos estados.

Este problema político elementar foi complicado por questões específicas. É bom lembrar que as nações que aceitaram o protestantismo durante a Reforma estavam localizadas fora da órbita do velho Império Romano, cujas poderosas classes médias tinham uma ótica cultural diferente das nações latinas.[^] Alguns têm tomado a Reforma como uma revolta das nações teutônicas do norte contra as nações latinas de cultura mediterrânea e com um conceito de organização internacional, herdado do velho Império Romano. Os governantes dessas nações-estados rejeitavam a jurisdição do papa sobre seu território; jurisdição esta temporal e espiritual, uma vez que a Igreja Romana possuía grandes propriedades de terra em toda a Europa. A propriedade de terras criou uma divisão de soberania no estado que governantes despóticos como os Tudors, da Inglaterra, não podiam aceitar. Cargos importantes na Igreja Romana eram preenchidos por um estrangeiro, o papa. Os clérigos eram julgados em cortes eclesiásticas e não nas cortes civis do estado. Além do mais, aquelas cortes podiam apelar diretamente para a Sé romana.

O governo nacional e sua administração se opunham à hierarquia religiosa internacional da Igreja Romana. No caso da Inglaterra, o rompimento de Henrique VIII com a Igreja de Roma aconteceu devido ao problema de se considerar o divórcio do rei como um assunto internacional para o papa decidir ou como um problema nacional que o clero resolveria.

2. A recente atenção dada à *economia* como fator principal nos assuntos humanos não pode ser descartada pela historiador cristão, mesmo que não aceite a interpretação materialista de Marx ou dos economistas deterministas. As terras da Igreja Romana na Europa ocidental eram cobiçadas pelos governantes nacionais, pela nobreza e pela classe média das novas nações-estados. Os governantes lamentavam a perda do dinheiro enviado para o tesouro papal em Roma. Ademais, o clero estava isento dos impostos dos estados nacionais.

A tentativa papal de tirar mais dinheiro da Alemanha no século XVI aborreceu a classe média emergente em estados como a Saxônia. A situação se agravou com a inflação e elevação do custo de vida. A inflação foi provocada pela Espanha, que lançou sobre a sangrada economia da Europa as grandes somas de dinheiro amealhadas pela exploração do novo mundo. O abuso do sistema das indulgências que empobrecia ainda mais a Alemanha em benefício do papado enfureceu Lutero.

3.0 fator *intelectual* na Reforma deve-se à postura crítica adotada por homens de mentes lúcidas e secularizadas diante da vida religiosa dos seus dias como proposta pela Igreja Católica Romana.

Ao aumentar numericamente, a classe média tornou-se individualista e começou a se revoltar contra o conceito corporativista da sociedade medieval, que colocava o dever acima do indivíduo. A tendência para o individualismo foi reforçada com a emergência das nações-estados absolutistas em que os interesses da Igreja Católica Romana internacional ficavam, secundariamente, abaixo dos interesses da nação e do governo e do grupo empresarial da classe média que os sustentava lealmente.

O humanismo da Renascença, especialmente na Itália, criou um espírito secular semelhante àquele que caracterizou a Grécia clássica. Mesmo os papas da Renascença assumiram esse modo de vida intelectual e secular, que também açulou o interesse dos estudiosos em voltar às fontes do passado intelectual do homem. AO

comparar a sociedade hierárquica corporativa em que viviam, com a liberdade intelectual e o secularismo da sociedade grega, associados ao princípio de liberdade individual proposto pelas Escrituras, as pessoas duvidavam da validade das pretensões da Igreja de Roma e de seus líderes. Começou-se, então, a enxergar horizontes intelectuais mais amplos. O interesse das pessoas era agora mais pela vida secular do que pela religiosa.

4. O fator *mora*/ da Reforma está intimamente relacionado ao intelectual. Os estudiosos humanistas, que possuíam o Novo Testamento em grego, perceberam logo as discrepâncias entre a Igreja sobre a qual liam no Novo Testamento e a Igreja Católica Romana que viam. A corrupção atingira todos os escalões da hierarquia da Igreja Romana. Clérigos egoístas compravam e vendiam cargos livremente. Muitos tinham sinecuras, que lhes permitiam receber salários sem prestar a assistência religiosa que deviam. Muitos ocupavam vários cargos de uma vez, como Alberto de Mainz, cujo corretor, de nome Tetzl, recebeu de Lutero uma dura oposição na Saxônia.

A justiça era comprada e vendida nas cortes eclesiásticas. Era possível a alguém conseguir, mediante dinheiro, uma dispensa para se casar com parente, embora fosse proibido pela lei canônica. Muitos sacerdotes viviam em pecado aberto ou mantinham concubinas. Os fiéis das dioceses eram abandonados pelos bispos que geralmente negligenciavam a supervisão de seus sacerdotes para verificar se realmente cuidavam do rebanho. Por isto, muitos párcos descuidaram-se da pregação e da visitação, limitando-se apenas a rezar a missa, por eles proclamada como um rito mágico capaz de comunicar a graça a todos. Coleções de relíquias, tais como pedaços de cruz e ossos de santos, tornaram-se moda. O simples olhar às 5.005 relíquias de Frederico da Saxônia, era tido como poderoso para reduzir o tempo de uma pessoa no purgatório por cerca de 2.000.000 de anos. O povo estava cansado dos constantes pedidos de dinheiro feitos pela direção de uma instituição que não parecia retribuir com o serviço às comunidades que se associariam à Igreja².

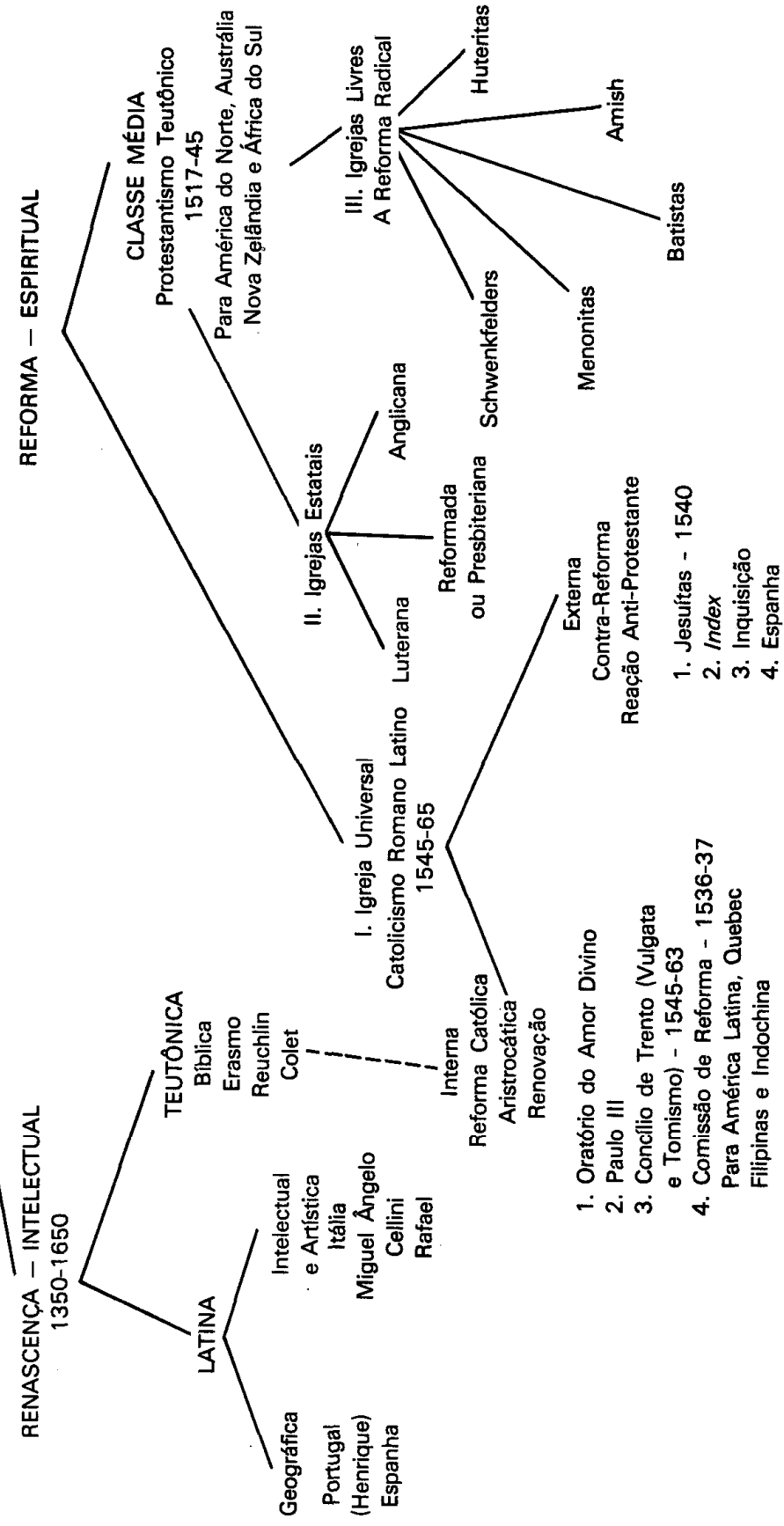
5. Mudanças na estrutura social aumentaram a decepção das pessoas com a Igreja Romana. O surgimento das cidades e de uma próspera classe média urbana criou um espírito novo de individualismo. A nova economia do dinheiro libertou os homens da dependência do solo como principal meio de vida. Os membros da classe média não eram tão dóceis como foram seus antecessores feudais, e mesmo os artesãos das cidades e os lavradores começaram a entender a injustiça de uma ordem social em que eram oprimidos por uma minoria. A insatisfação social e a premência de uma mudança foram um fator *social*/ fundamental na irrupção da Reforma.

6. O fracasso da Igreja em satisfazer as reais necessidades do povo constitui o fator *teológico* ou *filosófico* da Reforma. Alguns dão tanta ênfase a este elemento que parecem ver a Reforma apenas como uma luta entre a teologia de Tomás de Aquino e a de Agostinho. Realmente, a Igreja Medieval adotou a filosofia de Tomás de Aquino, que ensinava não estar a vontade do homem totalmente corrompida. Pela fé e pelo uso dos meios de graça nos sacramentos ministrados pela hierarquia, o homem poderia alcançar a salvação. Ao contrário, Agostinho cria que a vontade do homem estava de tal modo depravada que ele nada poderia fazer por sua salvação. Deus outorgava a graça ao homem para dinamizar sua vontade a fim de que pudesse, pela fé, aceitar a salvação que Cristo lhe oferecia. Entretanto, um estudo cuidadoso dos escritos dos Reformadores indicará que eles iam da Bíblia a Agostinho em busca do prestígio de sua ajuda; não foi, porém, pelos estudos dos escritos de Agostinho que descobriram a doutrina da justificação pela fé. A Bíblia mesma os levou a esta

O NASCIMENTO DA ERA MODERNA

1350-1650

Fontes - Individual - Experimental



profunda verdade. A causa teológica da Reforma foi o desejo dos Reformadores de voltar à fonte clássica da fé cristã, a Bíblia, a fim de refutar o ensino da teologia tomística segundo a qual a salvação era obtida através dos sacramentos da graça ministrados pela hierarquia.

7. Geralmente, uma inquietação toma contornos significativos quando os homens que a experimentam se expressam através de algum grande *líder que* veicula as suas ideias. A recusa da Igreja Católica Romana medieval, impossibilitada de reformar-se a si mesma, em aceitar uma reforma abriu as portas para o surgimento providencial de um líder que encarnasse o desejo de erradicar os abusos e que aceitasse o papel de execução das mudanças revolucionárias. Foi este o papel de Martinho Lutero, que encarnou bem o espírito da Reforma, especialmente na insistência desta sobre o direito do indivíduo em ir diretamente a Deus através de Cristo, conforme ensinado nas Escrituras.

O escandaloso abuso, que era o sistema das indulgências na Alemanha, foi a causa *direta* da eclosão da Reforma neste país. O arcebispo Alberto (1490-1545), príncipe da Casa dos Hohenzollern, que já controlava duas províncias da Igreja Romana, lançou seus ávidos olhos sobre o vacante arcebispado de Mainz em 1514; Por ter apenas 23 anos de idade e por ser proibido pela lei canônica a alguém ter mais de um cargo, ele teria que pagar uma grande soma ao papa Leão X para as devidas dispensas pelas quais poderia acumular as funções. Felizmente para ele, o seu desejo de ocupar também o arcebispado de Mainz coincidiu com a necessidade de dinheiro que tinha o papa Leão X para construir a atual catedral de São Pedro em Roma. Alberto receberia a permissão para tomar o arcebispado de Mainz desde que pagasse ao papa outra grande soma. Já que esta soma pertencia ao campo das altas finanças, o papado sugeriu a Alberto que tomasse o dinheiro emprestado dos ricos Fuggers, família de banqueiros de Augsburg. Uma bula papal, autorizando a venda de indulgências em determinados estados germânicos, foi apresentada como garantia de que Alberto pagaria o empréstimo aos Fuggers. Leão X recebeu a metade, e a outra metade seria repassada para os Fuggers.

As indulgências estavam diretamente ligadas ao sacramento da penitência. Após arrepender-se e confessar o pecado, o sacerdote garantia a absolvição desde que o pecador pagasse com alguma coisa. Ensinava-se que a culpa e o castigo eterno pelo pecado eram perdoados por Deus, mas havia uma exigência temporal que o pecador deveria cumprir em vida ou no purgatório, através de uma peregrinação a um lugar sagrado, do pagamento de um importância à igreja ou de alguma obra meritória. A indulgência era um documento que se adquiria por uma importância em dinheiro e que livrava aquele que a comprasse da pena do pecado. Cria-se que Cristo e os santos tinham alcançado tanto mérito durante suas vidas terrenas que o excedente estava guardado no tesouro celestial do mérito, de onde o papa poderia sacar no interesse dos fiéis vivos³. Isto foi formulado primeiramente por Alexandre de Hale. Clemente VI declarou-o dogma em 1343. Uma bula papal de Sixto IV, em 1476, estenderia esse privilégio às almas no purgatório, desde que seus parentes comprassem indulgências por eles.

Este recurso para levantamento de fundos foi descaradamente usado na bula papal promulgada em favor de Alberto, cujo principal agente era um monge dominicano, Tetzl, que recebia por mês o equivalente a mil dólares, além do reembolso das despesas na venda de indulgências. Com ele e outros vendedores ia um representante dos Fuggers, para assegurar que a metade do dinheiro pago em cada



Num retraiio contemporâneo, Tetzel é mostrado cc de preços padrão para indulgências, e uma caixa receber o dinheiro.

indulgência voltasse ao banco como desconto pelo empréstimo feito a Alberto. Tetzel usava de métodos coercitivos para aumentar as vendas, prometendo até remissão do castigo temporal para os pecados mais graves se o pecador comprasse pelo menos uma indulgência⁴. A quantia solicitada dependia da riqueza e da posição social do pecador. O pobre a recebia gratuitamente, mas a um rei poderia custar cerca de 300 dólares. Foi o famoso protesto de Lutero nas 95 Teses contra o abuso das indulgências que precipitou a avalanche dos acontecimentos que resultaram na Reforma na Alemanha, que daí se espalhou por todo o norte e oeste da Europa.

A Reforma não foi um acontecimento isolado, mas esteve intimamente ligada à Renascença e a outros movimentos que forçaram o nascimento da era moderna no século XVI. Sua relação com a Renascença e com a Contra-Reforma Católica pode ser vista mais claramente através de um diagrama simples (v. pág. 228)

As igrejas protestantes que surgiram dessa revolta eram diferentes daquelas que se separaram da Igreja medieval, mas todas tinham a Bíblia como autoridade final. Lutero conservou na liturgia muitas práticas não proibidas pela Bíblia. A Igreja Anglicana distanciou-se um pouco mais que os luteranos do ritual e da prática da Igreja medieval; Mas deve se salientar que tanto a primeira como os últimos rejeitavam o sistema sacramental hierárquico da Igreja Romana. As igrejas reformadas e presbiterianas, que seguiram Calvino na França, Holanda, Escócia, Suíça e Hungria, refutaram todas as práticas que não entendiam estar de acordo com o Novo Testamento. Os anabatistas fizeram a ruptura mais radical de todos os grupos reformadores, ao procurar criar uma igreja modelada segundo os padrões das igrejas do Novo

Testamento. Apenas os povos de origem teutônica no norte e no oeste da Europa aceitaram a Reforma; as nações latinas continuaram fiéis ao papa. A Reforma provocou mudanças vitais que fizeram com que uma Igreja Católica Romana universal única fosse substituída na Europa ocidental por igrejas nacionais, igrejas estas que tomaram a Bíblia como autoridade final e entendiam que não era necessário nenhum mediador humano entre o homem e Deus para a obtenção da salvação, já adquirida por Cristo na Cruz para todos.

LUTERO E A REFORMA NA ALEMANHA

Não tem sido suficientemente enfatizado que a Reforma foi um movimento religioso circunscrito, em sua maior parte, aos povos de formação germânica no norte e no oeste da Europa. A maioria das nações que adotaram os princípios da Reforma jamais haviam integrado o Império Romano ou os seus territórios limítrofes. As nações latinas do sul da Europa não aceitaram a Reforma; antes, permaneceram fiéis ao sistema católico romano.

Possivelmente o espírito racionalista e crítico da Renascença influiu de tal maneira nos povos do sul da Europa que eles se tornaram pouco afeitos às questões do espírito. Certamente estavam satisfeitos com uma religião apenas exterior e formal, que lhes permitia desfrutar as coisas materiais da vida. Até mesmo os papas renascentistas gastaram mais tempo em empreitadas culturais do que no cumprimento de seus deveres religiosos. Seja quais forem as razões, a Reforma protestante não foi adequadamente recebida no sul dos Alpes mas seus princípios foram bem aceitos pelos povos de formação teutônica.

Várias razões podem ser apontadas para este fenómeno. A crítica mordaz feita por humanistas alemães, em livros como *O Elogio da Loucura*, e a proposta que faziam de um cristianismo mais autêntico e mais conforme com o Novo Testamento obtiveram grande aceitação por parte das classes cultas do norte da Europa. Essas leituras alimentaram um espírito de insatisfação para com o sistema papal, e ao mesmo tempo, criaram um desejo de uma reforma religiosa.

Outra razão que se pode apontar é que a tradição mística da religião estava mais vivamente arraigada nas regiões teutônicas do que na Itália ou Espanha. Lembremo-nos de que os místicos mais importantes eram alemães ou holandeses. Os cidadãos religiosos leram a *Imitação de Cristo* e se interessaram em praticar realmente a sua religião. Por esta época eles não eram assim tão ilustrados na cultura como os europeus do sul.

Era fácil ao papado arrancar dinheiro de uma Alemanha sem um governo nacional forte que defendesse seus direitos. A exploração de novas minas tornara mais rica a Alemanha, o que desagradava sensivelmente o papado. A Igreja Romana possuía também muitas terras na Alemanha, cujas classes médias estavam sujeitas aos

abusos financeiros da hierarquia. O nacionalismo e o ressentimento contra o escoamento da riqueza da Alemanha criaram uma atmosfera favorável a qualquer movimento que significasse uma revolta contra Roma. A principal questão, porém, era: "Como eu posso ser salvo"?

O homem e a ocasião se encontraram na Alemanha do século XVI. A Alemanha concentrou em Lutero todas as forças de oposição a Roma, pretextadas numa declaração de independência espiritual. Até 1517 o período para Lutero foi de formação. Ao final desse período, era apenas um crítico do sistema das indulgências; entre 1518 e 1521, foi forçado a romper com a Igreja; 1522 a 1530 foi o período da organização; e de 1531 à paz de Augsburg, em 1555, o luteranismo, liderado por Lutero e, depois de sua morte, por seu amigo Melanchton, enfrentou uma era de conflito com o Romanismo e de consolidação das suas vitórias.

I. A FORMAÇÃO DE LUTERO (ATÉ 1517)

Martinho Lutero nasceu no dia 10 de novembro de 1483 na pequena cidade de Eisleben. Seu pai, de origem camponesa livre, emigrou de muito longe para essa cidade. Ganhou dinheiro nas minas de cobre da área sobre a qual tinha direito e chegou a ficar consideravelmente rico. Embora em 1511 tivesse quotas de participação em seis minas e duas fundições, os tempos foram de dificuldades para a família quando Lutero nasceu. Educado sob a dura disciplina daquela época, Lutero contou que uma vez apanhou de sua mãe até sangrar por ter roubado uma noz. Certa vez na escola latina de Mansfeld, ele levou 15 chicotadas porque não conseguiu declinar um substantivo em latim. Seus pais, particularmente sua mãe, crente mas supersticiosa, inculcaram nele muito das superstições próprias dos camponeses. Alguns desses fantasmas o perseguiram durante a longa luta em busca da salvação de sua alma. Seu interesse pelos trabalhos difíceis, sua força-de-vontade e seu conservadorismo pragmático acompanharam-no desde cedo.

Após um breve período numa escola dos Irmãos da Vida Comum em Magde-burg, Lutero foi mandado para uma escola em Eisenach, ficando aí de 1498 a 1501.



Lucas Cranach, o Presbítero, famoso pintor da Reforma, provavelmente, o autor deste retrato de Lutero. Ele foi pintado em 1526, após o casamento de Lutero com Catarina, uma ex-freira.

Era sustentado por amigos bondosos, entre os quais estava Úrsula Cotta. Aí recebeu o ensino superior de latim, condição essencial para sua entrada na Universidade. Em 1501, já na Universidade de Erfurt, começou a estudar a filosofia de Aristóteles sob a influência de professores que seguiam as ideias nominalistas de Guilherme de Ockham. Ockham ensinava que a revelação era o único guia no campo da fé mas que a razão era o guia verdadeiro da filosofia. Estes estudos filosóficos de Lutero em Erfurt convenceram-no da necessidade da intervenção divina para que o homem alcançasse a verdade espiritual e se salvasse. Em 1502, ele recebeu o grau de bacharel em artes e, em 1505, o de mestre em artes.

Seu pai queria que ele estudasse direito; Lutero, porém, assustado, durante uma perigosa tempestade numa estrada perto de Erfurt, prometeu a Santa Ana tornar-se monge caso fosse poupado. Talvez a crescente preocupação com a sua alma tenha chegado a um clímax com esta experiência, de julho de 1505, secamente chamada por seu pai de "uma tramóia do diabo". Três semanas depois, Lutero entrou num mosteiro da ordem agostiniana em Erfurt. Aí, em 1507, foi ordenado e celebrou sua primeira missa.

No inverno de 1508, ensinou teologia por um semestre na nova universidade, fundada em Wittenberg em 1502 por Frederico, o Eleitor da Saxônia. Seus estudos agora em Erfurt eram também principalmente teológicos. Tais estudos só fizeram aguçar sua luta interior; ele encontrou algum auxílio nos conselhos de Staupitz, o vigário geral da sua ordem, que lhe aconselhou a confiar em Deus e a estudar a Bíblia.

No inverno de 1510 e 1511, sua ordem o enviou a Roma a negócios. Lá ele viu um pouco da corrupção e da luxúria da Igreja Romana e começou a compreender a necessidade de uma reforma. Passou muito tempo visitando igrejas e vendo as numerosas relíquias que estavam em Roma. Ficou chocado com a leviandade dos sacerdotes italianos, capazes de rezar várias missas enquanto ele rezava uma.

Em 1511, Lutero foi transferido para Wittenberg. Durante o ano seguinte, tornou-se professor de Bíblia e recebeu seu título de doutor em teologia. Até a sua morte, ele conservou o cargo de professor de teologia. Por esta época, também, ele celebrava missas no castelo onde descobriria a justificação pela fé. Foi nesta universidade que ele e um grupo leal de professores e alunos amigos aceitaram a fé que se espalharia por toda a Alemanha.

Lutero, então, passou a ensinar os livros da Bíblia no vernáculo e, para fazê-lo melhor, começou a estudar as línguas originais da Bíblia. Aos poucos desenvolveu a ideia de que somente na Bíblia podia encontrar a verdadeira autoridade. De 1513 a 1515, deu aulas sobre Salmos; de 1515 a 1517, sobre Romanos e depois, Gaiatas e Hebreus. Entre 1512 e 1516, quando preparava suas aulas, encontrou a paz interior que não conseguira nos ritos, nos atos ascéticos ou na famosa *Teologia Germânica* dos místicos, por ele publicada em 1516. A leitura do verso 17 do capítulo 1 de Romanos convenceu-o de que somente pela fé em Cristo era possível alguém tornar-se justo diante de Deus. A partir daí, a doutrina da justificação pela fé e a *so/a scriptu-ra*, a ideia segundo a qual as Escrituras são a única autoridade para o pecador procurar a salvação, passaram a ser os pontos principais de seu sistema teológico. Staupitz, a visita a Roma, os escritos dos místicos e os escritos dos Pais, especialmente os de Agostinho, exerceram uma influência significativa na sua vida, mas foi o estudo da Bíblia que o levou a crer somente em Cristo para sua salvação.

Em 1517, Tetzl, o astuto agente do arcebispo Alberto, começou a venda de indulgências em Jüterborg, próximo a Wittenberg. Lutero e aqueles que o seguiam



Um artista pró-luterano, em 1617, mostra Lutero cem anos antes de escrever as suas Noventa e Cinco Teses. A caneta de Lutero perpassa os ouvidos do Papa Leão X, simbolizado pelo leão, e derruba a coroa da cabeça de Carlos V, Imperador do Santo Império Romano. Mais para a direita, a Bíblia, simbolicamente, lança luz sobre Jesus, das nuvens no céu. O ganso sendo queimado simboliza João Huss, queimado na estaca por causa de suas ideias reformadoras, quase cem anos antes da condenação de Lutero pelo Concílio de Constança. Lutero escreveu as Noventa e Cinco Teses em latim, mas para o benefício de seus compatriotas alemães, o pintor mostra-o escrevendo em alemão, na porta da igreja.

revoltaram-se contra a exploração de povo por este sistema nefasto, e decidiram fazer um protesto público. Tetzl ensinava que o arrependimento não era necessário para quem comprasse uma indulgência, por si mesma capaz de dar perdão completo de todo pecado.

Em 31 de outubro de 1517, Lutero afixou suas 95 Teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Nelas, condenava os abusos do sistema das indulgências e desafiava a todos para um debate sobre o assunto. Uma leitura das 95 Teses¹ revela que Lutero estava apenas criticando os abusos do sistema das indulgências, na intenção de reformá-lo. Entretanto, entre 1518 e 1521, ele foi forçado a admitir a separação do romanismo como a única alternativa para se chegar a uma reforma que significasse uma volta ao ideal da Igreja revelado nas Escrituras. A tradução para o alemão e a impressão das Teses divulgaram rapidamente as ideias de Lutero.

II. A RUPTURA COM ROMA (1518-1521)

Publicadas as Teses, Tetzl procurou usar toda a força da ordem dominicana para silenciar Lutero, que encontrara apoio na ordem agostiniana. (Foi este conflito nos primeiros anos da Reforma que deu origem à tola acusação dos racionalistas de que ela era apenas "uma briga de monges"). Lutero foi obrigado a debater o problema perante os membros de sua ordem, em Heideiberg, em 1518, mas só compareceram

os membros do círculo daqueles que tinham aceitado as suas ideias, incluindo Martin Bucer (1491-1551)².

Um aliado valioso, que mais tarde suplementaria com sua moderação a audácia de Lutero, chegou a Wittenberg para ensinar grego, em 1518. Aos 21 anos, Filipe Melanchton (1497-1560) já conhecia bem as línguas clássicas e o hebraico. Enquanto Lutero foi a grande voz profética, Melanchton foi o teólogo da Reforma. Ele e outros da faculdade de Wittenberg defenderam lealmente as opiniões de Lutero³.

No outono de 1518, Lutero dizia que para ele, a única autoridade no debate que se aproximava não seria nem o papa nem a Igreja, mas a Bíblia. Não fosse, porém, a ajuda de Frederico, o Eleitor da Saxônia, um dos que elegiam o imperador do Santo Império Romano, ele teria fracassado diante dos dominicanos. Quando de sua intimação para comparecer perante a Dieta de Augsburg, em 1518, Frederico prometeu dar todo o seu significativo apoio ao bravo reformador.

O papa não calculava a extensão do apoio popular a Lutero, na Alemanha. Na Dieta, Lutero enfrentou o cardeal Cajetano, que lhe pediu a retratação de suas opiniões, mas Lutero se recusou a fazê-lo a menos que fosse convencido de sua falsidade pelas Escrituras. Ele também negou que o papa seja a autoridade final em questões de fé e moral, e a utilidade dos sacramentos sem fé. No começo de 1519, Lutero prometeu ao núncio papal, Karl vom Miltitz, que não proclamaria suas ideias se os seus oponentes também silenciassem.



Num retrato pró-católico do século XVI, o diabo toca a trombeta para Lutero. Lutero foi mordaz na ocasião que viu o quadro: "Eu devo ser invencível", disse ele, "porque eles não podem vencer-me quando eu tenho apenas uma cabeça".

Mais tarde, Lutero solicitou um concílio geral para tratar do problema. Em julho de 1519, foi debater com John Eck, em Leipzig⁴. Arguto, Eck conseguiu levar Lutero a admitir a falibilidade de um concílio geral e a confessar a sua relutância em aceitar as decisões do papa sem questioná-las, e a validade de muitas das ideias de Huss.

Em 1520, Lutero resolveu levar o assunto ao povo alemão com a publicação de três panfletos. O "Apelo à Nobreza Germânica"⁵ atingia a *hierarquia*. Roma estabeleceu que a autoridade espiritual era superior à temporal, que somente o papa poderia interpretar as Escrituras e que ninguém a não ser o papa poderia convocar um concílio.

Depois de expor os argumentos apresentados, Lutero passou a demoli-los a partir das Escrituras. Para ele, os príncipes poderiam reformar a Igreja, desde que necessário, o papa não poderia interferir nos negócios civis e todos os crentes tinham o direito de escolher seus próprios sacerdotes.

Em outubro, Lutero publicou "O Cativoiro Babilónico"⁶, no qual, mais incisivo, desafiava o *sistema sacramental* de Roma. O primeiro documento fora um ataque à hierarquia, mas este atingia o centro do sistema romano — os sacramentos como meios de graça quando ministrados pelo sacerdócio. Lutero contrapunha a validade exclusiva da Ceia do Senhor e do Batismo. Henrique VIII recebeu (para si e para a realeza futura) do papa o título de "Defensor da Fé", graças à sua iniciativa de responder ao ataque de Lutero ao sistema sacramental. Por sua vez, o terceiro panfleto, "Sobre a Liberdade do Homem Cristão", atingia diretamente a *teologia* da Igreja Romana, ao afirmar o sacerdócio de todos os crentes como resultado da fé pessoal em Cristo. As posições estavam por demais claras: Lutero atacara a hierarquia, os sacramentos e a teologia da Igreja Romana e ainda apelava por uma reforma nacional.



Outro cartunista pró-católico caricaturizou Lutero como tendo sete cabeças, retratando-o, da esquerda para a direita, como um feiticeiro, um monge, um infiel de turbante, um eclesiástico, um fanático com abelhas em sua cabeça, um camponês, e um Barra-bás, culpado de sedição, assassinato e roubo.

Em junho de 1521, Lutero lançou a bula "*Exsurge Domine*", que resultou eventualmente na excomunhão de Lutero. Os seus livros também foram queimados em Colónia. Em resposta, Lutero prontamente queimou em público a bula de Leão, no dia 10 de dezembro de 1520⁷. Carlos V, o novo imperador, convocou, então, uma dieta imperial para Worms, na primavera de 1521, à qual Lutero deveria comparecer para responder por suas ideias. Com a garantia de proteção de Frederico e de outros príncipes germânicos, Lutero compareceu. E novamente, se recusou a retratar, a menos que fosse convencido de seu erro pelo "testemunho das Escrituras" ou pela razão. Disse que se basearia somente nisto e pediu a ajuda de Deus⁸. Seus amigos o sequestraram no caminho de volta a Wittenberg e o levaram para o Castelo de Wartburg, onde ficou até 1522. Após sua partida de Worms, a Dieta publicou um edito ordenando a todo súdito do Imperador aprender Lutero e encaminhá-lo às autoridades. A leitura de seus escritos foi também proibida.

III. TEMPO DE SEPARAÇÃO (1522-1530)

Neste difícil período de 1521 a março de 1522, Melanchton não perdeu tempo. Sua pequena obra sobre a teologia dos reformadores de Wittenberg, *Loci Communes*⁹, saiu em 1521. Este livro, escrito em latim, foi o primeiro tratado teológico da Reforma, tendo alcançado inúmeras edições durante a vida do autor e fazendo dele o teólogo do movimento luterano.

Melanchton rejeitava a autoridade da Igreja Romana, dos Pais, da lei canônica e dos escolásticos; sobre todos estes estava a Bíblia como a autoridade final para os cristãos. Nascido dos estudos da Epístola de Paulo aos Romanos, Melanchton procurou discutir, no seu livro, os "principais tópicos comuns da ciência teológica", de forma tão metódica a "encorajar o povo pelas Escrituras". Para ele, o homem era limitado pelo pecado e incapaz de ajudar-se a si mesmo. A lei, escreve ele, em nada ajuda, porque sua função principal é revelar o pecado. É Deus que deve iniciar a obra de salvação, a qual o indivíduo recebe pela fé em Cristo. Lutero, que se sabia ousado e violento quando Melanchton se mostrava pacífico e gentil, aprovou este livro como a expressão teológica plena de suas ideias, tachando-o mesmo de "imortal". Melanchton também fundou o sistema escolar alemão. Ele foi responsável pela Confissão de Augsburg. Este erudito foi companheiro e amigo de Lutero por 30 anos.

Mas Lutero não perdia tempo durante sua residência forçada no Castelo de Wartburg, de maio de 1521 a março de 1522. Servindo-se de edição do Novo Testamento grego, feita por Erasmo, completou em menos de um ano sua tradução alemã do Novo Testamento. A Bíblia toda foi traduzida do original para o alemão em 1534. Quando publicada, não só foi a primeira Bíblia do povo alemão em sua própria língua como tornou a forma padrão da língua germânica. Lutero escreveu também "Sobre os Votos Monásticos", em que convocou monges e freitas a repudiarem seus votos prejudiciais, a deixarem a clausura e a se casarem.

Sem dúvida alguma, Lutero foi um herói nacional, tido em alta conta ao mesmo tempo por príncipes, camponeses, humanistas e senhores; seu comportamento, entretanto, nos anos seguintes alijou alguns daqueles que o tinham seguido tão prontamente no começo. Ao tempo que estava em Wartburg, Nicolau Storch e Mark Stubner, conhecidos como profetas de Zwickau, apareceram em Wittenberg e começaram a pregar ideias similares às dos anabatistas. Ensinavam que o Reino de Deus irromperia proximamente na terra e que seus seguidores teriam revelações especiais. Até mesmo Caristad, geralmente firme, foi influenciado por eles. Mesmo sob risco de vida, Lutero retornou a Wittenberg em 1522. Depois de oito dias de sermões candentes, em que salientou a autoridade da Bíblia e a necessidade de uma mudança gradual na Igreja, Lutero aniquilou os profetas de Zwickau. O setor radical da Reforma, então, sentiu que não poderia contar com a ajuda de Lutero, que em 1535 rompeu abertamente com o movimento anabatista.

Ele perdeu também o apoio de humanistas, como Erasmo, em 1525. No início, Erasmo apoiara os seus apelos por reforma, mas se retraiu quando percebeu que as ideias de Lutero provocariam uma ruptura com Roma. Ademais, discordava da posição de Lutero segundo o qual a vontade do homem era tão má que a iniciativa da salvação deveria partir de Deus. Em seu livro, "A Liberdade da Vontade", publicado em 1524, Erasmo ensinava a liberdade da vontade humana, numa espécie de resposta à negação da liberdade da vontade, como pregava Lutero.

Os camponeses também se tornaram hostis a Lutero em 1525 quando este se

opôs à Revolta dos camponeses. Depois de atentar para a sua negação da autoridade da igreja e sua afirmação da autoridade de Escritura e do direito do indivíduo de ir diretamente a Deus para a salvação, eles aplicaram tais argumentos a seus problemas sociais e económicos. O feudalismo trouxera muita opressão aos camponeses, os quais em seus "Doze Artigos"¹⁰, de 1525, pediram uma reforma dos abusos feudais assim tidos com base na autoridade das Escrituras.

Primeiramente, Lutero em sua *Admoestação a Paz*, de abril de 1525, instou com os camponeses que fossem pacientes e pediu aos lordes para reduzirem os encargos sobre os camponeses. Quando Lutero percebeu que este movimento social de caráter revolucionário poderia ameaçar a Reforma e subverter os fundamentos da ordem governamental até mesmo nas províncias protestantes, Lutero pediu aos príncipes, numa linguagem violenta, em seu panfleto "Contra o bando assassino e salteador" que pusessem fim à desordem. As autoridades não pensaram duas vezes para fazer uso da violência e massacraram 100 mil camponeses. Em parte por causa desta aparente traição de Lutero, os camponeses do sul da Alemanha permaneceram na Igreja Católica Romana.

Outros sentiram a rejeição de Lutero dos votos monásticos, ao se casar com uma freira evadida, Catarina van Bora, em 1525, como uma injustificada ruptura com o passado. Lutero, no entanto, sempre achou ter agido corretamente, tendo conhecido muitas alegrias em sua vida familiar. Seus seis filhos, e os inúmeros estudantes convidados enchiam tanto sua mesa que, em algumas vezes, a sua "Katia" tinha dificuldade em arranjar o alimento necessário.

Foi também desagradável Lutero não ter sabido conjugar forças com Zwínglio, que liderava a Reforma nos cantões no norte da Suíça. Os dois se encontraram no outono de 1529, no que ficou conhecido como Colóquio de Marburg, no Castelo de Marburg, de propriedade de Filipe de Hesse. Eles concordaram em 14 das 15 proposições, mas discordaram na questão da presença de Cristo nos elementos. Para Zwínglio, a Ceia era um memorial da morte de Cristo, mas para Lutero havia uma presença física de Cristo na comunhão, embora a substância do pão e do vinho não se alterasse: ele argumentava que assim como o ferro permanece ferro embora fique vermelho cereja quando aquecido, a substância do pão e do vinho não muda mas dentro e fora dos símbolos há uma presença física real de Cristo. Esta posição ficou conhecida como consubstanciação".

Os acontecimentos na Alemanha obrigaram Lutero a tomar uma posição em que teve de desenvolver uma organização e uma liturgia eclesiásticas próprias para seus seguidores. Os príncipes que o seguiam conseguiram levar a Dieta de Speier, em 1526, a estabelecer, até que um concílio geral se reunisse, que o governante de cada estado estava livre para seguir a fé que sentisse ser a correta. O princípio do *cuius régio eius religio*, segundo o qual o rei escolheria a religião de seu estado, foi momentaneamente adotado. Talvez o fato de o Imperador Carlos V estar lutando para impedir que o seu inimigo francês, Francisco I, controlasse a Itália, durante a década de 1520, e a ausência da maioria dos príncipes católicos à Dieta tenham contribuído para esta decisão, que resultou no rápido crescimento do movimento luterano.

Uma segunda Dieta, realizada em Speier, em 1529, revogou a decisão da Dieta anterior e declarou que a fé católica romana era por lei a única fé. Os príncipes luteranos leram um "Protesto". A partir daí foram chamados de "Protestantes" por seus opositores. Veio daí a honrosa palavra "Protestante".

Em 1530, reuniu-se a Dieta de Augsburg. Melancton, com a aprovação de

Lutero, que elaborara a "Confissão de Augsburg", apresentou-a à Dieta¹². Transformada em credo oficial da Igreja Luterana, foi ela o primeiro dos sete credos que fizeram do período entre 1517 e 1648 o grande período de formulação doutrinária do protestantismo, assim como o período de 325 a 451 fora o da formulação dos credos ecumênicos da Igreja, como o de Nicéia. Apenas sete dos 29 artigos se ocupavam em refutar os abusos religiosos; os demais apresentavam de modo positivo a fé luterana. Lutero escreveu a Missa Germânica e a Ordem do Culto em 1526.

Lutero também tinha elaborado em 1529 o *Catecismo Menor*¹³, uma abordagem concisa dos 10 Mandamentos, do Credo dos Apóstolos, da Oração Dominical e de outros assuntos de teologia e liturgia. A Faculdade de Wittenberg, em 1535, começou a examinar e ordenar candidatos. O movimento luterano fez, pois, um rápido progresso no norte da Alemanha, a despeito da oposição armada do Imperador e dos príncipes católicos.

IV. O PERÍODO DAS GUERRAS RELIGIOSAS GERMÂNICAS E A ORGANIZAÇÃO DA IGREJA (1521-1555)

Os príncipes protestantes decidiram se organizar para defesa mútua e formaram a Liga Schmalkáldica em princípios de 1531. Se necessário, até a força das armas seria empregada na defesa da sua fé. O Imperador, porém, estava envolvido nas guerras contra os turcos e os franceses, entre 1532 e 1542, e a liga protestante não teve com quem lutar. E o luteranismo, então, fez grandes progressos no norte da Alemanha. Em 1535, foram estabelecidas normas luteranas de ordenação. Era o rompimento eclesiástico com a hierarquia romana.

Os últimos anos de Lutero foram tumultuados por causa da bigamia de Filipe de Hesse, um dos seus sustentadores, que se casou com Margaret von der Saale em 1540, sem a formalização do divórcio com a esposa. Lutero contemporizou nesta questão, consentindo o casamento e aconselhando o sigilo do segundo matrimônio. Em 1546, o Reformador morreu, ficando com Melancton a liderança do movimento luterano.

Finalmente, o Imperador estava livre para lutar com os protestantes alemães; as chamadas guerras Schmalkáldicas ocuparam o período da história germânica de 1546 a 1552. A luta só findou com a Paz de Augsburg, em 1555. O acordo deu ao luteranismo igualdade legal com o catolicismo romano na Alemanha. Ao príncipe cabia determinar a religião em seu território, mas aos dissidentes seria dado o direito de emigrar. Se um líder católico se tornasse protestante, ele teria que deixar o cargo. Assegurou-se assim o controle católico das áreas predominantemente católicas romanas do sul da Alemanha. Isto foi um passo ao pluralismo religioso.

Mais ainda, a Paz de Augsburg fez do príncipe uma força decisiva nos negócios religiosos da igreja. Tanto é que em 1539, o eleitor Frederico criou em Wittenberg um *Consistorium para* servir como corte em casos que envolvessem disciplina e divórcio. Na década seguinte, o *Consistorium* se tornou uma instituição governamental de direção dos negócios da igreja sob a supervisão do príncipe. Para supervisionar os negócios da igreja local, eram enviados superintendentes, prática usada desde 1527. Lutero cria na ordem, chegando a escrever que, embora o Estado não tivesse o direito de mexer com a pessoa no problema de salvação, Deus lhe deu o privilégio de manter a ordem que permitiria aos cidadãos viverem em paz. O governante do Estado era responsável diante de Deus pelo modo de governar. Lutero, pois, se opunha ao

recurso da revolução para derrubar um governo arbitrário e opressivo, por entender que o tempo ou inimigos externos corrigiriam a situação¹⁴. As igrejas territoriais incluíam todas as pessoas balizadas, com superintendentes apontados pelo príncipe e responsáveis, diante dele, pela adoração uniforme e pela disciplina dos pastores.

Sem dúvida alguma, Lutero foi um gigante da igreja; sua influência ultrapassou os limites do tempo. As igrejas luteranas da Alemanha e dos países escandinavos nasceram do seu trabalho. Para elas, elaborou ele os *Catecismos Maior e Menor*; preparou apostilas para ajudar os ministros em seus sermões; desenvolveu um sistema de governo eclesiástico; deu a Bíblia alemã, que em muito contribuiu para padronizar a língua, além de compor belos e grandiosos hinos, como "Castelo Forte", próprio para o cântico congregacional no vernáculo.

Além disso, criou um sistema de educação elementar para que o povo pudesse aprender a ler a Bíblia em alemão; a execução dessa tarefa foi recomendada aos governos das cidades alemãs numa carta de 1524; em 1530, ele lembrou aos pais o dever de enviarem seus filhos à escola. A educação elementar compulsória teve nesses esforços os seus primórdios. Interessou-se ainda ele pelas escolas secundárias e pela educação universitária.

Lutero recolocou a pregação em seu devido lugar, restabelecendo um meio de instrução espiritual largamente usado na Igreja Primitiva. Ademais, levou sua geração a perceber que a cultura não era apenas uma questão da razão mas da regeneração pela fé em Cristo. Lutero fez do individualismo da Renascença um assunto espiritual ao propor que o indivíduo pela fé em Jesus Cristo podia manter uma comunhão salvífica com Deus. Para substituir a igreja como a autoridade, ele apresentou a Bíblia como a regra de fé e prática infalível que todo crente-sacerdote poderia usar para se orientar em questões de fé e moral. Lutero não negou a necessidade de uma relação comunitária na Igreja; ao contrário, insistiu sempre na importância da comunhão dos membros do Corpo de Cristo.

V. O LUTERANISMO (1555-1580)

Da Paz de Augsburg à publicação do *Livro da Concórdia*, em 1580, a paz das igrejas luteranas foi frustrada por controvérsias doutrinárias internas. Em sua maioria, as questões eram as mesmas sobre as quais Melancton e Lutero divergiam. Uma das polémicas tratava do lugar da Lei na pregação. Lutero ensinara que a pregação da Lei era um meio para revelar ao homem o quanto ele era pecador, mas outras pessoas entendiam que somente o Evangelho deveria ser pregado porque era o Evangelho que trazia a salvação.

A controvérsia majorística surgiu por causa dos ensinamentos de Georg Major, para quem as obras eram indispensáveis à nossa salvação, embora sejamos salvos pela fé somente. Os luteranos que seguiam Lutero de perto argumentavam que isto era uma volta à doutrina romana de salvação pela fé e obras. Surgiram controvérsias também sobre a Ceia do Senhor e sobre a cooperação ou não da vontade humana na salvação¹⁵.

Estas disputas criaram desunião política e religiosa. Os príncipes da Alemanha pensavam que os problemas acabariam se o movimento luterano não fosse tão fragmentado. Um documento conhecido como *Fórmula da Concórdia* elaborado em 1577, foi publicado em 1580, tendo sido aceito pela maioria dos luteranos da Alemanha como a expressão de sua teologia. Os teólogos luteranos também aceitaram a incumbência de sistematizar a teologia luterana, de modo a distingui-la da teologia

católica romana. Isto aconteceu com a publicação do *Livro da Concórdia*¹⁶, em 1580. O livro continha os três grandes credos universais da Igreja Primitiva e as várias fórmulas luteranas elaboradas desde 1529.

Estes problemas tornaram os luteranos muito cômicos da importância dadoutri-na e da necessidade de mante-la correia. Esta ênfase gerou uma ortodoxia fria que ignorava os aspectos subjetivos do cristianismo. O movimento pietista, que enfatizava o estudo bíblico, a oração e a aplicação prática da verdade cristã na vida diária, surgido no século XVII, foi uma reação a esta forte tendência intelectualizante.

VI. O LUTERANISMO NA ESCANDINÁVIA

A reforma da igreja na Dinamarca começou no reinado de um sobrinho de Frederico da Saxônia, Cristian II (1513-1523), de grandes simpatias pelo humanismo e ansioso para libertar a coroa do controle de um concílio de nobres e clérigos. Sua meta era criar uma igreja oficial sob o controle do Estado. Seu sucessor, Frederico I (1523-1533), era favorável à fé luterana e permitiu que Hans Tausen (1494-1561) fizesse na Dinamarca o que Lutero fizera na Alemanha. Tausen foi auxiliado grandemente pela publicação da tradução dinamarquesa do Novo Testamento, em 1529. Frederico, manifestamente a favor da Reforma, fez de Tausen o capelão real, em 1526. Seu trabalho foi facilitado pelo leal apoio do povo que, em geral, estava desgostoso com a corrupção do alto clero e com o comércio de indulgências. Em 1530, elaborou-se uma confissão de fé luterana. O sucessor de Frederico, Cristian III, na Dieta de 1536 aboliu a religião romana e confiscou todas as propriedades católicas romanas, dividindo-as, então, entre o rei e os nobres. Desde esta época, o luteranismo é religião oficial da Dinamarca.

A Noruega, porque era dominada pela Dinamarca, até 1814, teve que aceitar as mudanças religiosas operadas na Dinamarca. O luteranismo foi introduzido na Noruega durante o reinado de Frederico I e tornou-se a religião oficial durante o reinado de Cristian III.

Einarsen, religioso que estivera sob a influência do luteranismo na Universidade de Wittenberg durante sua permanência na Alemanha, pregou, ao voltar em 1533, as doutrinas luteranas na Islândia. Feito bispo, em 1540, introduziu o luteranismo na sua diocese. Ele publicou o Novo Testamento em islandês, no mesmo ano, para divulgar a causa do protestantismo. Em 1554, o luteranismo se tornou a religião oficial da Islândia por decreto real.

A Suécia tornou-se independente da Dinamarca na revolução de 1521, durante o reinado de Cristian II, e seu novo rei, Gustavus Vasa, também apoiou a Reforma como uma forma de confiscar a riqueza da Igreja Romana Olavus Petri (1493-1552), depois de três anos de estudos em Wittenberg, fez o trabalho que Lutero fizera na Alemanha, assentando as bases populares da reforma. A obra de Petri permitiu ao rei levar a Suécia para o luteranismo. Nisto muito ajudou a tradução sueca do Novo Testamento em 1526, que permitiu ao povo comparar o ensino do clero com a Bíblia e notar que as doutrinas luteranas de Petri estavam mais próximas das Escrituras. O luteranismo se tornou a religião do Estado, na Dieta de Westeras, em 1527, e foi aceito gradualmente pelo povo. Ao final do longo reinado de Gustavus Vasa, de 1523 e 1560, a Reforma estava totalmente estabelecida no país.

A Reforma passou da Suécia à Finlândia, que era controlada por aquela. Miguel Agrícola foi o seu apóstolo neste país. Ele tornou-se arcebispo por volta de 1510 e produziu um Novo Testamento em finlandês, pelo qual também pôs a linguagem

finlandesa por escrito. Já em 1528, a fé luterana era a fé do povo e dos líderes finlandeses.

O luteranismo foi também influente em outros países. As ideias luteranas serviram como o fundamento da Reforma de John Knox, na Escócia. As ideias luteranas chegaram também à Inglaterra. Embora estes países tenham adotado formas particulares de Reforma, o luteranismo contribuiu na transição do catolicismo para o protestantismo. O luteranismo foi temporariamente vitorioso na Polónia, mas as divisões e as lutas internas entre os que favoreciam a fé luterana permitiram à Igreja Romana recuperá-la para o catolicismo.

Foi, pois, na Alemanha e nos países escandinavos que o luteranismo conseguiu seus triunfos maiores e mais permanentes. A autoridade da Bíblia, que os líderes luteranos traduziram para as línguas de seus países, e a doutrina da justificação pela fé tornaram-se os lemas destes países no século XVI. Ao se opor ao comércio das indulgências feitas por Tetzel, em 1517, Lutero não esperava fazer a enorme obra que acabou fazendo.